
APORTES y Transferencias



Año 7

Volumen 2

2003

Mar del Plata

Centro de Investigaciones Turísticas
Facultad de Ciencias Económicas y Sociales
Universidad Nacional de Mar del Plata

Centro de Documentación
Instituto de Investigaciones
Facultad de Ciencias Económicas y Sociales
Universidad Nacional de Mar del Plata
cendocu@mdp.edu.ar
<http://eco.mdp.edu.ar/cendocu/>

PATRIMONIO, TERRITORIO Y EMPRENDEDORISMO: PILARES DEL DESARROLLO DEL TURISMO EN BASE LOCAL

Adyr Balastreri Rodrigues

Professora doutora junto ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

adyr@ip2.com.br

Resumen

La contribución presentada analiza brevemente los principios que rigen el desarrollo en base local en relación al turismo como principal vector de apropiación o reapropiación de un territorio dado por las comunidades locales.

El desarrollo en base local, termino mas apropiado que desarrollo local, es una consigna con nítida visión ideológica, cuya trascendencia radica en contribuir la a inclusión social a través del incremento de la calidad de vida de las familias desposeídas de condiciones dignas de vida, adoptanto a tal fin los paradigmas apropiados.

Se confronta el modelo tecnocrático que justifica el rotulo de industria del turismo con el modelo humanista comprometido social, cultural y económicamente con el territorio a micro-escala, planteando dos cuestiones relevantes:

1. por qué los proyectos inspirados en tales concepciones no conducen a los mismos resultados
2. cómo articular dos modelos distintos de desenvolvimiento turístico.

La contribución plantea el territorio como sustento del desarrollo y el emprendedorismo como estrategia de movilización y, sin intención de concluir, finaliza planteando líneas de investigación tendientes a conferir un sustento apropiado al desarrollo en base local de la actividad turística.

Palabras clave:

turismo - territorio - desarrollo local - modelos de desarrollo

HERITAGE, TERRITORY AND ENTERPRISE AS MILESTONES FOR THE DEVELOPMENT OF LOCAL BASE TOURISM

Adyr Balastreri Rodrigues

Abstract

This contribution is a brief analysis of the principles ruling the development with local base, with tourism as the main vector for fitting or re-adaptation of a given territory by the local community.

Development with local base, which is a more appropriate term than local development, is a concept with a clear-cut ideological vision. Its importance lies in contributing to the social inclusion of families devoid of proper living conditions through the increase of their quality of life. To such an end, proper examples have been adopted.

The technocratic model that accounts for the label tourism industry is compared with the humanistic model, which is usually committed socially, culturally and economically with the territory on a micro-scale basis. From this comparison two relevant issues have sprung:

- 1- Why projects conceived under the above mentioned conceptions do not produce the same result.*
- 2- How to tackle the liaison of two different models of touristic development.*

Finally, this contribution presents the territory as support for further development and the enterprise as a strategy for further activity, and ends by proposing research guidelines tending to provide support for the development in local base of the touristic activity.

Key words:

tourism - territory - local development - development models

PATRIMÔNIO, TERRITÓRIO E EMPREENDEDORISMO: PILARES DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COM BASE LOCAL

Adyr Balastrieri Rodrigues

“É preciso não se render a quem proclama que sonhar é uma forma de fugir do mundo e não de recriá-lo” Paulo Freire

Palavras introdutórias

O tema que vamos desenvolver sinaliza, ainda que brevemente, os princípios que regem o desenvolvimento com base local, alavancado basicamente pelo turismo como principal vetor do processo de apropriação ou reapropriação de um dado território pelas comunidades locais, onde as mesmas passar a assumir, de fato, o poder do ponto de vista geopolítico e estratégico.

Iniciamos com reflexões acerca do sentido de desenvolvimento, que é marcado por confusões semânticas, já na raiz do termo. Sinalizamos que o desenvolvimento local o qual preferimos chamar de desenvolvimento com base local é uma bandeira com nítido viés ideológico, cujo maior escopo é a inclusão social através da melhoria da qualidade de vida de unidades familiares de comunidades desprovidas de condições dignas de existência. Visto desta forma o desenvolvimento com base local é antes de tudo social, não se vinculando necessariamente a um crescimento econômico significativo.

Para tratar a questão da pobreza, disseminada em escala mundial, inclusive em países ricos (por exemplo, os bolsões de miséria das grandes metrópoles mundiais como Nova Iorque e Tóquio), não devemos, de modo algum, lançar mão dos mesmos paradigmas que a produziu, onde o fator econômico figura com o maior destaque.

Analisamos inicialmente as características econômicas e políticas estruturais que culminaram com a globalização da economia, particularmente a partir das duas últimas décadas do século passado, cenário propício para a implantação do modelo de desenvolvimento do turismo capitaneado por capitais transnacionais, ancorado no segmento sol e praia, marca dos megaempreendimentos nas regiões tropicais do Globo, conhecido também pelo rótulo “modelo Cancún” conforme Fuentes (1979) e Hiernaux (1989), tendo no Brasil sua maior representatividade na região Nordeste. A este

modelo produtivista do espaço chamamos de modelo tecnocrático , que justifica de certa forma a atribuição do rótulo, de industria do turismo , conforme análise de Velasquez (1989).

Como contraponto apresentamos uma outra proposta, que denominamos modelo humanista , comprometido social, cultural e economicamente com o território circunscrito a uma microescala geográfica, onde se exerce o poder das comunidades locais através do empreendedorismo, assentado em quatro pilares : marco valórico, marco material, marco sinérgico e marco endógeno, usando a terminologia sugerida por Boisier (2001).

A fim de estimular a reflexão em torno do tema colocamos duas questões norteadoras:

1. Por que dois projetos mobilizando recursos semelhantes, tanto materiais , quanto sociais não conduzem aos mesmos resultados?
2. Como articular dois modelos distintos de desenvolvimento turístico?

Considerações sobre o ideário de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento não é unívoco, pelo contrário, traz sempre no seu bojo algumas ambigüidades. Pode sugerir des-envolvimento , ou seja, um processo de saída ou libertação das amarras, um desabrochar de indivíduos ou de grupos. Sugere crescer de dentro para fora. Ainda pode ser considerado como uma das fases do crescimento econômico na teoria linear proposta , há muito tempo por Colin Clark, o qual advogava que o subdesenvolvimento é apenas uma fase do desenvolvimento, desconsiderando que a economia capitalista se sustenta na unidade dos pares opostos , ou seja, na exploração dos países pobres pelos países ricos, ou dentro de um mesmo país a exploração regional interna, pela ótica marxista do desenvolvimento desigual e combinado.

Neste sentido, apoia-se numa estruturação social e territorial baseada na idéia de progresso e no crescimento econômico infinito, projeto que marcou a prosperidade de países centrais do capitalismo no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Como crêem muitos autores, a idéia do desenvolvimento tem servido á ocidentalização do mundo no projeto de exploração capitalista em escala global.

Princípios mais progressistas , entretanto, têm sido evocados pelos estudio-

soos que entendem o desenvolvimento como um processo de aprimoramento das condições gerais do viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva, ancorada na autonomia. Sabemos, no entanto, a dificuldade em lidar com este princípio, sobre o qual há extensa literatura, onde as idéias de Cornelius Castoriadis, expostas em vários dos seus trabalhos (*Les Carrefours du Labyrinthe* I, II e III, da Editora Seuil - Paris), assumem indiscutível liderança. O Autor formula suas colocações a partir do entendimento do espaço como produto social, ressaltando o fato de que, além de ser o suporte material da sociedade e seu provedor de recursos, é também e principalmente um condicionador dos projetos humanos, uma arena de luta que se expressa nas questões políticas, além de ser ainda um referencial simbólico. Deste amplo leque de características emana a noção de território, em cuja base se assenta o princípio de autonomia, subentendendo-se uma territorialidade autônoma a área sobre a qual a comunidade exerce uma gestão autônoma, expressando, portanto, seu poder.

A grande inquietude dos teóricos das Ciências Sociais reflete-se na literatura especializada por uma significativa produção científica nas décadas de 80 e 90 do século passado, expressando-se por acirradas críticas ao projeto da chamada pós-modernidade, caracterizada por vários indicadores dentre os quais salientam-se a globalização da economia e a mundialização da cultura. Assumem significativa importância, neste período, as críticas ao processo de desenvolvimento não acompanhado pelo bem-estar social, denunciando-se com grande alarde as agressões à natureza em prol do crescimento econômico infinito. Todo este espectro de idéias e eventos, não sem nexos, desembocará em revisões do conceito de desenvolvimento, na esteira das quais surge a ideologia do desenvolvimento local, como uma concepção alternativa de desenvolvimento.

Moreno, em vários dos seus trabalhos, particularmente na sua tese de doutorado (2002), enfatiza que o movimento de desenvolvimento local, que entendemos como desenvolvimento com base local, combina duas tendências que se complementam: por um lado, na qualidade de movimento fundado na ideologia e por outro lado como um processo de reestruturação econômica e social, em que a escala local ganha peso no que tange à responsabilidade na concepção, implantação e gestão de projetos que mobilizem os recursos de um dado território, recursos tanto físicos, quanto sociais e culturais.

Para respaldar suas idéias Moreno considera como elemento fundamental na valorização do território a gestão participativa de espaços rurais (em Portugal) que se encontram em defasagem econômica, quando comparados a outras regiões rurais da União Européia ou mesmo na escala lusitana. Em tais áreas observa-se baixa

produtividade da terra e baixa intensidade do trabalho. Neste caso cabe o questionamento sobre o foco central do desenvolvimento local, ou seja, dependendo dos indicadores a serem considerados, o viés pode ser, sobretudo, econômico ou fundamentalmente social. No primeiro caso, o crescimento econômico seria um fim em si mesmo, enquanto no segundo, o desenvolvimento econômico é um meio para alavancar o desenvolvimento socioespacial, que sendo muito mais abrangente incorpora as dimensões sociais e culturais das coletividades como elementos fundamentais. A respeito desta idéia Souza observa: “...precisamente porque a ideologia do desenvolvimento hegemônica recobre interesses vinculados ao fim (no sentido de meta) que é a perpetuação do modelo social capitalista e, neste contexto, dos benefícios de determinados grupos ou classes, privilegiando um conceito que coloca em primeiro plano os meios pelos quais se pode aprimorar este modelo” (SOUZA, 1997:15). Prossegue o Autor; “No interior deste conceito fortemente ideologizado a discussão ética e política sobre os fins é sacrificada (ou mesmo desaparece), silenciosamente, em favor da discussão instrumental sobre os meios” (Idem).

Sem o objetivo de fechar questão sobre o conceito, mas compreendendo a necessidade de explicitação para fins analíticos entendemos como desenvolvimento com base local a mobilização de um conjunto fortemente coeso de sujeitos de um determinado lugar, em torno de um objetivo comum, após o reconhecimento tanto dos entraves ao desenvolvimento, quanto das potencialidades locais, para a consecução de objetivos definidos conjuntamente num projeto de reestruturação socioeconômica, que definirá novas territorialidades, onde o poder local constitui o eixo condutor, caracterizando-se por marcada endogenia. É evidente que isto não significa isolamento, uma vez que as trocas com o entorno próximo ou distante são fundamentais para a retroalimentação do sistema.

Alguns autores brasileiros, dentre os quais se destacam Veiga e Abramovay têm trabalhado com o tema do desenvolvimento com base local preferindo, entretanto, o uso do adjetivo territorial, fato que não isenta de toda a confusão gerada pelo problema da escala geográfica, ao qual retornaremos mais adiante.

O território constitui a dimensão física, política e simbólica onde erigem-se as formas e desenrolam-se as ações que lhe dão legitimidade. Referindo-se às lógicas de apropriação do território turístico, Bertonecello observa o seguinte: “... claro que estas lógicas incluyen al territorio, es decir que no están desvinculadas de la base territorial, ni actúan sobre un territorio neutro; por el contrario, ellas se concretan en él, valorizándolo de distintas formas, apropiándolo material o simbólicamente, actuando y ejerciendo poder a través de él; todas estas son acciones sociales en las que el territorio está implicado, se concretarán en hechos sociales específicos, y al mismo tiempo

darán lugar a transformaciones específicas...” (Bertoncello, 2002:40-41)

Daí deriva a noção de pacto territorial da comunidade que significa a apropriação e valorização dos recursos materiais e imateriais do território num projeto de desenvolvimento auto-centrado , através de um movimento participativo e articulado dos diversos segmentos sociais , visando à eficiência econômica, à preservação cultural e à prudência ecológica que culminem com a justiça social.

Um breve histórico do desenvolvimento local

A literatura internacional, segundo Moreno (2002) costuma balizar as origens do movimento de desenvolvimento local na França, a partir da descentralização administrativa em 1981, cujo slogan era “ Vivre, travaillez et décider au pays”. Ao findar o século XX países como Portugal, França, Itália, Alemanha , Reino Unido, aderem à regionalização com fins administrativos, enquanto Bélgica, Espanha e Grécia , mais avançados neste processo, dividem-se regionalmente em províncias autônomas , “ enfraquecendo” o poder do Estado-nação.

O movimento do desenvolvimento local faz-se acompanhar de diferentes formas de descentralização e de intervenções programadas, de uma perspectiva de valorização territorial seletiva, em que o próprio território se torna um recurso. Tal processo vem influenciar a reforma da PAC (Política Agrícola Comum) e a adoção de sucessivas medidas de (re)valorização do mundo rural por parte das políticas da União Européia, onde o desenvolvimento tecnológico assume grande significado, não deixando , porém, de valorizar a informação na forma dos saberes tradicionais locais , elemento fundamental de adaptação e de flexibilização que funciona como contraponto às dinâmicas empresariais.

É mais ou menos consensual que o movimento de desenvolvimento local acaba por assumir uma influência decisiva na reorientação da política da União Européia, ao alimentar a ideologia da emancipação das pessoas e dos territórios através da (re) aquisição de poder - empoderamento (empowerment na língua anglo-saxônica) de uma perspectiva de responsabilidade solidária , interpessoal e interterritorial.

No âmbito da América Latina as teorias sobre as quais se fundamenta o ideário do desenvolvimento local , seguidas de práticas sociais inovadoras , colocam em destaque a dimensão humana do desenvolvimento, com o objetivo de valorização das pessoas em sua plenitude, ou seja, pressupondo-se o aspecto econômico não como fim , mas como meio de atribuir dignidade aos seres humanos, pressupondo-se que o desenvolvimento econômico viria em consequência da valorização pessoal e

coletiva, processo batizado por Max -Neef, Elizalde e Hopenhayn de desenvolvimento a escala humana (1984). Esta mudança de paradigmas para entender e reforçar o desenvolvimento pressupõe , portanto, entre outras coisas, a gestão compartilhada do território, idéia quase consensual entre os autores que têm trabalhado com este tema.

Se considerarmos os movimentos reivindicatórios das chamadas comunidades de base podemos afirmar que as raízes do desenvolvimento local são antigas na América Latina, onde , durante os regimes militares, houve importantes movimentos sociais urbanos , cujos resultados foram exitosos particularmente em regiões metropolitanas brasileiras, só para mencionar um exemplo.

Estas estratégias funcionam no sentido do fortalecimento das democracias abaladas por governos totalitários. Reivindicam direitos humanos inalienáveis , dentre eles o respeito à mulher, à multiplicidade racial , étnica e religiosa, aos grupos minoritários, às crianças, aos idosos . É na esteira destes movimentos que é gestada a ideologia do desenvolvimento com base local.

É bem possível que haja uma ponte entre estes movimentos e a teoria de desenvolvimento sustentável, formulada quase concomitantemente.

Assim em todas as formulações teóricas sobre desenvolvimento , a partir da Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) expressa-se a importância da mobilização das coletividades em todo projeto que objetive o desenvolvimento socioespacial, cuja expressão tangível é o território, como temos enfatizado.

Um tendência que se origina no desenrolar dos eventos enunciados é a necessidade de investimentos na valorização multifuncional do território, particularmente no meio rural conforme Schneider e Fialho (2000) e Rodrigues (2001) , na emancipação criadora dos indivíduos, no sentido de atribuir às pessoas a co-responsabilidade sobre o futuro das coletividades e dos seus territórios.

No tratamento do território como arena de atuação uma delicada questão que se coloca é a referente aos limites físicos. na medida em que o território é referenciado por recortes espaciais relativos a escalas geográficas distintas. A questão que se coloca é a seguinte: como julgar democraticamente possíveis conflitos entre ações que incidam sobre territorialidades difusas ? Conforme coloca Souza “ é possível estabelecer idealmente o principio de que a autonomia de uma coletividade cessa de ser legitima a

partir do momento em que se constrói às custas da autonomia de outra coletividade; no entanto, na prática, não será fácil encontrar situações onde a disputa e a desarmonia estejam inteiramente ausentes” (SOUZA, 1996:10).

No Brasil a escala local , expressa-se frequentemente pelo recorte municipal, tendo como pano de fundo o cenário regional. Esta tendência toma força significativa com a descentralização administrativa pautada pela Constituição Brasileira de 1988, a qual empresta aos municípios prerrogativas nunca antes atribuídas.

Passada pouco mais de uma década é ainda prematuro fazer um balanço de todo este processo. Juntando-se todas as peças deste quebra-cabeças compõe-se um cenário que somos tentados a julgar que tudo não passa de um bem articulado plano do grande capital para desmontar o aparelho do Estado com o intuito de abrir caminhos para o livre fluxo de capitais, de idéias, de tecnologias, de mercadorias, processo conhecido como desregulação, marca do neoliberalismo. Por outro lado, o Estado, também transformado em empresa, vai se isentando gradativamente de suas atribuições, desviando o montante da arrecadação de recursos tributários para dotar os territórios das infra-estruturas necessárias para abrigar os megaempreendimentos , notadamente de firmas transnacionais. É só examinar um sem número de projetos do BIRD e do BID para constatar que o discurso do desenvolvimento local figura em quase todos os documentos. Eis aqui um debate bastante delicado que valeria a pena ser aprofundado. É possível que necessitemos de um período histórico maior para análises melhor respaldadas.

Este processo é particularmente visível em grandes regiões dos países periféricos , onde há enormes espaços que até então funcionavam como espaços de reserva de valor, como na Amazônia e, também, em quase toda a fachada litorânea da região Nordeste do Brasil, que apesar de ser antiga zona de povoamento, valorizada pelo plantio de cana de açúcar e de cacau, hoje encontra-se em vias de total revalorização do território, através de novos projetos relacionados à prática do turismo. Em regiões onde o modelo fordista de turismo começa a dar sinais de esgotamento, procura-se formatar imediatamente novos destinos com mais novidades, melhores preços, mais qualidade ambiental e/ou mais exóticos. Este fato é sobejamente observado na América Latina como um todo, tais como os centros turísticos projetados no México, situados na fachada litorânea do Oceano Pacífico, já a partir da década de 70, século passado, a começar por Cancún, seguido de Ixtapa-Zihuatanejo, Los Cabos, Loreto, Huatulco, só para citar alguns exemplos.

O território como lastro do desenvolvimento com base local

A injustiça estrutural que marcou os modelos de crescimento econômico até há muito pouco tempo, consiste na incapacidade de articular e conjugar as três dimensões fundamentais e vitais do ser humano : a sua individualidade , o que o diferencia e afirma em relação ao outro; a sua dimensão coletiva – que o aproxima e solidariza com os diferentes; e a sua relação com a natureza que, grosso modo, podemos chamar de consciência ecológica . Os atuais projetos de desenvolvimento ainda não têm conseguido a integração eficiente entre estas três dimensões, constituindo-se em grandes desafios para as gerações atuais e futuras.

Um dos caminhos apontados é o desenvolvimento com uma base territorial precisa através do pacto territorial, expressão cunhada por Casaroto Filho e Pires (1998: 100) idéia que vem sendo apresentada na literatura por vários pesquisadores em diferentes países do mundo ocidental.

Os sujeitos do desenvolvimento terão como meta a valorização de todos os atributos de um dado território, pautando-se pelo pacto territorial , cuja escala de ação pode extrapolar as fronteiras municipais, congregando vários municípios , que articulados por uma salutar parceria - cuja ação não será baseada na competição , mas sim na complementaridade – produzirão resultados que beneficiem a todos.

No pacto territorial estabelece-se um desenho de cenários tendenciais – prováveis e desejáveis – que expresse um projeto coletivo, onde os sujeitos locais estando engajados numa rede de relações estabelecem vínculos de cooperação, de solidariedade, de ajuda mutua.

Assim , criar, adquirir, acumular, usar e transmitir o conhecimento é fundamental para a cooperação, pois o conhecimento socialmente transmitido contribui no processo de aprendizagem coletiva. As palavras de ordem são protagonismo, criatividade e solidariedade, ações que vão marcar o empreendedorismo , mobilizando o que modernamente é chamado de capital social (ABRAMOVAY, 1999) .

Enquanto o planejamento no seu sentido tradicional pode vir de cima para baixo, como foi durante todo o regime autoritário da ditadura militar no Brasil e em diversos outros países da América Latina, o planejamento, na sua versão contemporânea, não se concebe sem a participação efetiva dos sujeitos locais e é através dele que se erige o território e que este, de fato, se consolida.

Neste processo deve-se explorar as vantagens comparativas que baseiam-se

na otimização da exploração de recursos que são comuns para todos, além de criar vantagens competitivas, estas inventadas pela comunidade e as quais representam o diferencial.

O patrimônio - um dos pilares do desenvolvimento com base local

O presente texto, já no seu título, evidencia a idéia de que patrimônio e território são bases fundamentais, indissociáveis, para respaldar o turismo com base local, uma vez que o modelo de turismo que acreditamos inclusivo não se sustenta sem o protagonismo das comunidades anfitriãs, coesa através de seus laços culturais expressos pelo sentimento de pertencimento – um dado essencialmente cultural.

Corrobora esta afirmativa o conceito de patrimônio expresso pelo Art. 216 da Constituição Brasileira de 1998, que reza o seguinte:

“ Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas ou tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edifícios e demais espaços destinados às manifestações, artística-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontologia, ecológico e científico. (Constituição Federal, 1988)

Todos os itens ressaltam, de modo inequívoco, que o patrimônio, assim entendido, constitui o lastro social e também físico sobre o qual o território se origina, se constrói e se solidifica. Neste sentido não há necessidade de adjetivar, pois inclusive o quadro natural, na sua componente paisagística, é considerado também patrimônio cultural. Muito adequadamente observa Mantero; “ El patrimonio de la sociedad es uno y múltiple, singular y diverso, de lo natural a lo cultural, de la historia a la biografía, del producto a la obra, del proceso al suceso, del vestigio a la ciudad, de la persona a la sociedad, el continuo define el patrimonio que as disciplinas disocian y cuyos saberes y accesos se espezalizan. ” (MANTERO, 2003:17)

Prosseguindo, vamos levantar outra questão delicada, ainda que brevemente, mais com a finalidade de suscitar um debate, sobre o uso da cultura pelo turis-

mo, expresso pela chamada mercantilização da cultura, ou como prefere Ulpiano Meneses, pelos “usos culturais da cultura” (MENESES, 1996) ou pela “capitalização” do patrimônio.

É evidente que o patrimônio encerra evidentes vantagens comparativas e também competitivas em projetos de desenvolvimento com base local. Assim a preservação do patrimônio agrega valor às peculiaridades ambientais e culturais, sobretudo em projetos de turismo com base local.

À esta idéia contrapõe-se a visão filosófica da cultura enquanto direito inalienável e indiscutível componente da cidadania, que poderá evidentemente ser um dos pilares do desenvolvimento, como defendemos em todo o texto, independentemente, porém, do seu valor de troca. Este nos parece o ponto fundamental. Exemplificando: um monumento histórico ou um atrativo natural devem ser primeiramente preservados como parte do lastro de um povo e só, secundariamente, como atrativo turístico. O que está sendo observado com muita frequência, nos dias atuais, é uma verdadeira inversão de valores com o intuito mercadológico.

Entre o modelo tecnocrático hegemônico e o modelo humanista

Modelo tecnocrático hegemônico – uma proposta centrada na economia



Figura 1

O turismo como atividade monopolista manifesta-se em países pobres e emergentes não somente na inversão direta de capitais, mas também por benefícios outorgados pelo Estado a grandes empresas, as quais sem investir em infra-estrutura básica obtêm grandes facilidades para a viabilização dos seus equipamentos, tais como resorts, grandes hotéis, parques temáticos. Esta prática caracteriza o processo de implantação de equipamentos turísticos na América Latina, entre os quais o exemplo de Cancún é um dos mais conhecidos, motivado pela valorização dos atrativos tropicais sob o signo sol e praia, como já sinalizamos no princípio.

No Brasil este modelo está sendo implantado com grande força na região Nordeste, através do programa denominado PRODETUR-NE, desde o início dos anos 90 (séc. XX) sendo responsável por uma grande transformação na valorização do território, produzindo-se novas territorialidades que se expressam na paisagem através de formas estandarizadas, sendo inclusive atribuído ao Nordeste o slogan de “Caribe brasileiro”. O empreendimento Costa do Sauípe, no estado da Bahia, é um dos melhores exemplos da atualidade, recorrendo inclusive à criação de simulacros, como a construção de uma aldeia “tradicional” de pescadores com a sua não menos “tradicional” pousada.

Este tipo de implantação, que denominamos modelo tecnocrático, pode ser visualizado na figura 1, apenas com o escopo de apontar suas características básicas

- do ponto de vista geoestratégico está comprometido com a articulação local-global, sendo planejado para a atuação em larga escala, embora no discurso oficial esteja vinculado ao chamado desenvolvimento regional;
- do ponto de vista econômico é alimentado por capitais externos, com contrapartida de capitais nacionais, prometendo geração de emprego e de renda, captação de divisas, voltando-se principalmente para a demanda turística internacional, ofertando incentivos à iniciativa privada, inclusive isenção de tributos, em muitos casos;
- do ponto de vista técnico resulta de um planejamento imposto, baseado na racionalidade e na funcionalidade, necessitando de infra-estrutura pesada (básica) – em transportes, rede de energia elétrica, abastecimento de água, rede de comunicações, exibindo alta tecnologia e conduzindo à formação de clusters a fim de adensar, em escala reduzida, os recursos financeiros e técnicos, objetivando a reprodução ampliada do capital investido;
- do ponto de vista ambiental promete a sustentabilidade em suas diversas dimensões, em particular na esfera ecológica, que via de regra é desconsiderada, como por exemplo através de construções sobre ambientes litorâneos frágeis, tais

como sistemas dunares, ou arrasamento de manquezais para implantação de equipamentos como marinas, parques aquáticos, clubes de recreio, ou ainda, edificação de equipamentos invasivos de grande porte para ampliação ou construção de portos fluviais e marítimos ou de aeroportos junto a áreas metropolitanas densamente povoadas;

do ponto de vista social trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente, tanto para a demanda de menor poder aquisitivo, quanto para a população anfitriã, que freqüentemente é alijada do processo, sendo mobilizada eventualmente como força de trabalho para postos não especializados.



Figura 2

A fim de fundamentar esta proposta valemo-nos do modelo de Boisier (2001) apresentado como sendo uma estrutura conceitual para o desenvolvimento, fundamentado em quatro marcos que denomina: marco valórico, marco instrumental, marco endógeno e marco sinérgico. O Autor coloca no centro do conceito de desenvolvimento a valorização do ser humano enquanto ser individual e social, sinalizando como requisito fundamental a possibilidade de todo indivíduo alcançar sua plena dignidade enquanto sujeito do desenvolvimento, elegendo os valores: liberdade, democracia, justiça, ética, estética, solidariedade como decisivos (Boisier, 2001, p. 24).

A proposta tem como centro o marco territorial como recorte espacial, perseguindo-se a sustentabilidade em todas as suas dimensões, apesar de termos sempre

manifestado uma certa desconfiança em torno da expressão desenvolvimento sustentável que, como rótulo, é empregado de maneira generalizada podendo significar, de acordo com quem a utiliza, apenas falácia ou engodo.

Porém não resta a menor dúvida que é uma expressão que do ponto de vista semiológico tem uma abrangência monossêmica, unificando todo discurso sobre desenvolvimento socioespacial responsável pela conservação do ambiente e socialmente comprometido, conforme propostas formuladas a partir da ECO-92,

Como marco valórico colocamos a democracia, a justiça, a ética e a solidariedade, entendendo que o ser humano, como indivíduo e como sujeito coletivo vive em sociedade e tem antes de tudo um compromisso com os seus semelhantes.

Como marco material ou instrumental colocam-se os recursos materiais, as condições de pleno emprego com dignidade, a distribuição equitativa dos benefícios e o uso de tecnologias de baixo impacto, com o incentivo ao resgate dos saberes tradicionais, elementos fundamentais para empreendimentos de turismo rural, só para citar um exemplo.

Como marco endógeno há que valorizar o capital cognitivo, cultural, simbólico, priorizando a memória coletiva. Aqui também colocam-se os valores cívicos e institucionais, sinalizando que neste modelo é imprescindível a participação do Estado, pois não se prega o desrespeito as instituições, não se confundindo com o anarquismo, muito pelo contrário, o setor público é fundamental para dar respaldo material e jurídico ao projeto.

Ao Estado cabe, dentre outras ações:

- criar um espaço político e administrativo no qual as reivindicações da sociedade organizada possam ser ouvidas;
- mediar e tentar resolver situações de conflito, através de instrumentos legais de representação, tais como: referendos, plebiscitos, audiências públicas, conselhos (consultivo e/ou deliberativo), comitês;
- promover novos instrumentos jurídicos, sempre que necessários, para facilitar o processo do desenvolvimento com base local, que deve ser contemplado na Lei Orgânica Municipal.

Um modelo de desenvolvimento centrado no local, enquanto espaço de apropriação comunitária e, portanto, de vida coletiva, tem que buscar a sinergia para reprodução e capilaridade das ações, portanto, o marco sinérgico é dos mais impor-

tantes, pois é através dele que se mobiliza toda a comunidade, formando-se a consciência coletiva que atribui identidade ao grupo e ao projeto.

O empreendedorismo como estratégia de mobilização

Muitos estudos têm sido realizados no sentido de identificar características territoriais que assegurem o sucesso de empreendimentos que conduzam à sinergia local e regional fazendo dos territórios ambientes renovadores. São já consideradas tradicionais as pesquisas realizadas desde o final da década de 70 em regiões restritas de alguns países europeus, particularmente na Itália, no chamado Mezzogiorno, e em áreas da Alemanha, da Inglaterra, da Suécia, da Dinamarca, da Bélgica, a fim de identificar características endógenas que davam possibilidade a áreas deprimidas economicamente, caracterizadas por intenso processo de desertificação rural e/ou desindustrialização, superarem corajosamente seus problemas sem auxílios externos de grande significância.

Estudos da OCDE que compararam as regiões rurais mais dinâmicas às mais letárgicas não chegaram a resultados significativos no que tange à origem do processo de renovação rural. Com semelhante objetivo formou-se o Grupo Europeu de Pesquisa sobre ambientes renovadores (GREMI) que se propunha a entender os processos coletivos de aprendizagem, cunhando-se a expressão Local Productive Systems, (LPS), traduzidos para Sistemas produtivos Locais (SPL), segundo Veiga (2002). Tais pesquisas foram desenvolvidas durante longo tempo por um grupo de pesquisadores italianos, conduzindo à instigante conclusão de que não se trata de um processo natural, que possa ocorrer espontaneamente em qualquer lugar, exigindo alguns pré-requisitos relacionados à formação socioeconômica dos territórios, segundo Gioacchino Garofoli (Apud Veiga, 2002).

As pesquisas apontam para certas características determinadas pelo processo histórico, onde uma economia difusa baseada na agricultura familiar e forte coesão interna da comunidade, aliada à uma articulação com densa rede de transportes que possibilitem a troca de mercadorias, de idéias e de tecnologia, resultam num processo de revitalização econômica, emergindo, então, a importância do empreendedorismo.

É mais ou menos consensual que o conceito de empreendedorismo designa as atividades daqueles (empreendedores) que se dedicam à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, seja na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas de forte dinamismo econômico ou em áreas defasadas economicamente, significando, neste caso, alta dose de criatividade para inovar. Tais características levam à constituição da chamada cultura empreendedora,

elemento fundamental para o dinamismo econômico na escala das micro e médias empresas.

Veiga (2002) , reportando-se ao empreendedorismo , tendo como foco a experiência italiana, faz referências a Sebastiano Brusco que sintetiza três aspectos essenciais do processo que caracteriza os Sistemas Produtivos Locais , relativos, no caso, aos distritos industriais , que são:

- a necessidade de combinar concorrência com cooperação;
- a necessidade de combinar conflito com participação;
- a necessidade de combinar conhecimento prático com conhecimento científico.

Emerge a necessidade de reformulação de políticas em busca de maior articulação interna, de capilaridade regional, estimulando a inovação social na medida em que se incentiva o empreendedorismo que conduz ao protagonismo ao colocar-se em pratica o planejamento, a co-gestão , a programação, a parceria e a avaliação freqüente dos resultados , para a reorientação dos projetos, quando for o caso.

Para finalizar, sem intenção de concluir

Reconhecemos como condição necessária para a mobilização das comunidades em torno de um projeto de desenvolvimento auto-centrado que os territórios possuam um mínimo de condições favoráveis em termos de comunicações e de serviços , e sobretudo, que contem com recursos que estimulem o empreendedorismo, uma vez que são os empreendedores os principais agentes de mudança econômica, na medida em que geram, disseminam e aplicam as inovações.

É fundamental desenvolver linhas de pesquisa que relacionem turismo e empreendedorismo em projetos de desenvolvimento com base local respaldado no turismo, visto que para imensas regiões interiores e mesmo litorâneas não chegam recursos para dinamizar as economias locais, a não ser que se renda a financiamentos externos com custos materiais e sociais elevados , e ainda assim sujeitos a burocracias e normas de difícil entendimento , tornando praticamente inviáveis a obtenção de tais recursos.

Para finalizar elencamos alguns temas subordinados às linhas de pesquisa sugeridas:

- Avaliação das especificidades locais para determinação das vantagens competitivas a serem desenvolvidas;

- . estratégias para a mobilização das comunidades em torno de um projeto comum;
- . estratégias para assegurar a participação em todas as fases do projeto;
- . avaliação dos possíveis riscos dos empreendimentos evitando o deslumbramento que conduz à cegueira;
- . adotar praticas cuidadosas na relação entre a lucratividade do empreendimento e a conservação ambiental;
- . desenvolver técnicas de avaliação permanente dos resultados obtidos para a continuidade do projeto ou para sua reorientação;
- . desenvolver estratégias para assegurar oportunidade para todos e a distribuição equitativa dos beneficios , respeitadas as proporções investidas de trabalho e capital.

Para assegurar o êxito dos empreendimentos e do projeto como um todo as parcerias são reconhecidamente de grande importância sendo as escolas em todos os níveis de ensino o melhor meio de sensibilização e locus de participação, pois são os equipamentos mais difusos do território. Cabe às universidades a papel de estimular as pesquisas e as ações, sendo os programas de extensão os mais apropriados para atuação junto às comunidades, priorizando-se a chamada pesquisa- ação.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo . “Sete desafios para o desenvolvimento territorial”. São Paulo: Fundação Lyndolpho Silva- BNAF – Banco Nacional da Agricultura Familiar, 1999.

BERTONCELLO, Rodolfo. Turismo y territorio. Otras practicas, otras miradas. APOR- TES y Transferencias. Mar del Plata, ano 6, vol. 2, p.30-47, 2002.

BOISIER, Sérgio. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. Revista Interacciones:Campo Grande, UCDB, vol 2, no. 3, p. 9-28, set. 2001.

BRANDON, Katrina. “Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza”. In: Kreg Lindberg e Donald E. Hawkins (orgs.).Ecoturismo. Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995. p. 225-256.

- BUGLASS, Leida Azócar de. “Ecoturismo? Una alternativa de desallorro sostenible?” In: Xavier Izko (org.) Ecoturismo en el Ecuador. Trayectorias y desafíos. Quito: Probona- UICN, 1995. p. 9-54.
- CASAROTO FILHO , Nelson e PIRES, Luís Henrique. Rede de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local – Estratégias para a conquista de competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 1998.
- COULMIN, Pierre. La décentralization. Paris: Syros et Adels, 1986.
- CUAMEA VELASQUEZ, Felipe. O modelo industria turística: características generales. In: HIERNAUX NICOLAS, Daniel (org.) . Teoría y praxis del espacio turístico. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, 1989, p.29-38.
- DICTAMEN - Documento sobre “El desarrollo local en la política regional comunitária” de 25 de outubro de 1995 – do Comité Económico y Social de las Comunidades Europeas, portanto de uma comissão no seio da União Europeia.
- CUAMEA VELAZQUEZ, Felipe. El modelo industria turística: características generales. In: HIERNAUX NICOLAS, Daniel (org.) . Teoría y praxis del espacio turístico. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana de Xochimilco, 1989. P. 29-38.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. “Políticas Públicas de Turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais”. In: SOUZA, Maria José (org.) . Políticas Públicas e o lugar do turismo. Brasília , Universidade Nacional de Brasília, 2002. p. 13-24.
- FRIEDMANN, John. Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta Editora, 1996.
- GARCIA de FUENTES, Ana. Cancún : turismo y subdesarrollo regional. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, 1979.
- HALL, Peter . International urban systems, Working Paper 514, Berkeley, University of California, Institut of Urban and Regional Development, 1990.
- HALL, Peter. Cities of Tomorrow. London: Bart Blackwell, 1988.
- HIERNAUX NICOLAS, Daniel (org.) . Teoría y Práxis del espacio turístico.México: Universidad Autónoma Metropolitana de Xochimilco, 1989.
- MANTERO, Juan Carlos. Ambiente, Patrimonio y Turismo. APORTES y Tranferencias. Mar Del Plata, ano 7 , vol. 1, p. 12-29, 2003.
- MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Revista Interações. Campo Grande, UCDB, vol. 3, no. 5, set. 2002. P.51-59.
- MAX-NEEF, Manfred et al. – Desarrollo à escala humana. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1993.
- MENESES, Ulpiano T. BEZERRA de. Os “usos culturais da cultura”. Contribuição para uma abordagem crítica e das práticas e políticas culturais. In” YAZIGI, Eduardo (org.) Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1996. P. 88-99.
- MORENO, Luis – Desenvolvimento Local em Meio Rural. Caminhos e caminhantes.

Lisboa, Universidade de Lisboa- Faculdade de Letras, 2002.

MORENO, Luís – Desenvolvimento local em áreas rurais. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2001. Inédito.

MORENO, Luís. “Desenvolvimento rural em obras: das raízes na utopia aos ramos de abordagem.” In: Cavaco, Carminda (org.) Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos- Universidade de Lisboa, 1999.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Desenvolvimento com base local como bandeira de uma política de emancipação e afirmação. In: SOUZA, Maria José (org.) . Políticas Públicas e o lugar do turismo. Brasília , UNB, 2002. p. 8-12.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.) Turismo rural: Pratica e Perspectivas. São Paulo: Contexto, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastreri . Turismo e Espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 2002. 3ª ed.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 2001. 2ª ed.

RODRIGUES, Adyr Balastreri . “Percalços do Planejamento turístico: O Prodetur – Ne”. In: Rodrigues, Adyr Balastreri (org.) Turismo e Geografia. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 147-162.

RODRIGUES, Adyr B. “Natureza e método de análise do espaço do turismo.” In:

Souza, Maria Adélia (org.) O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 318-330.

SANTOS, Milton. Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999. 3ª edição.

SANTOS, Milton – Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHNEIDER, Sergio e FIALHO, Marco Antonio V. In: ALMEIDA , Joaquim Anecio e RIEDL, Mario (org.). Ecologia, Lazer e Desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de . A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica. Território/LAGET,UFRJ – vol 1, no. 1 (jul./dez.1996)- Rio de Janeiro: Garamond, 1996. P.5-22.

SOUZA, Marcelo Lopes de . Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. Território/ LAGET,UFRJ - ano II, no.3 (jul./dez.1997)- Rio de Janeiro: Garamond, 1997. P 13-35.

YÁGIZI, Eduardo. Turismo. Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1996. .

YORY, Carlos Mario . La planificación estratégica y la participación de los actores sociales locales. Revista Interações/ UCDB, Campo Grande – vol. 1, no. 1, p. 31-40.

VEIGA, José, Eli da. A face territorial do desenvolvimento. Revista Interações/ UCDB, Campo Grande, vol. 3. no. 5, set. 2002, p. 5-20.

TOURIST CENTRES AS LOCAL DEVELOPMENT SCALE. THE TOURIST MUNICIPAL ROLE IN A GLOBAL ECONOMICAL CONTEXT.

MSc. José Luis Bosch - Lic. Alejo Simonelli

Abstract

This paper presents a theoretical conceptualization referring to tourist centres as local development scale, based on the research project “Tourist development in a local scale. Political and management construction and articulation in a Norpatagonico Tourist Centre. Case: San Carlos de Bariloche”.

It presents an advance of the theoretical knowledge which suggests an approach to the study object related to tourist municipals roles in a global economical context, attempt to describe the development conception of the local development notion as a social progress scale, whereas the goal of the study is to describe the supposition that interpret the tourist centres as local development scale.

Key words:

Political - Global economical context - Tourist Centre - Local development - Development conceptions.

LOS CENTROS TURISTICOS COMO ESCALA DEL DESARROLLO LOCAL. EL ROL DE LOS MUNICIPIOS TURISTICOS EN UN CONTEXTO DE GLOBALIZACION DE LA ECONOMIA

MSc. José Luis Bosch - Lic. Alejo Simonelli

Introducción

En el marco de una política económica capitalista en expansión mundial, en la cual las empresas trascienden los límites geopolíticos del Estado-Nación y se potencia una mayor concentración de capitales, la actividad turística no ha quedado ajena a esta lógica. Se desarrolló por varias décadas (incluso hasta la actualidad), bajo una concepción que a través del discurso hegemónico legitimó como único objetivo de la actividad el crecimiento ilimitado para lograr la tan ansiada competitividad, rentabilidad y expansión económica. De esta manera, en nombre de tal concepción, se ha distorsionado el crecimiento de varios centros turísticos de alta jerarquía de Latinoamérica, fundamentalmente respecto del impacto físico y social que ha generado la actividad turística. En algunos casos es probable incluso que no se pueda revertir tal proceso, hipotecando a un alto costo su futuro económico y social.

En tal sentido, varias elaboraciones teóricas se han desarrollado respecto a esto, ante lo cual se recomienda consultar los estudios: Configuración socio-espacial de los balnearios del Partido de la Costa (1993); Introducción a la problemática actual de las áreas de montaña, Caso: San Carlos de Bariloche (1993); Desarrollo Turístico y Sustentabilidad, el caso de México (1997), entre otros.

En este escenario globalizado, y como consecuencia la descentralización de funciones estratégicas que hacen al desarrollo de una ciudad o lugar, adquiere importancia un estudio relacionado con la construcción y articulación de la política y gestión a escala local, en virtud del nuevo rol que deben asumir los municipios.

Es oportuno destacar que los centros turísticos son las verdaderas unidades operativas del sistema local; en el se concentran gran parte de la estructura de producción del sector y tienen lugar en su ámbito, el encuentro entre los compradores y vendedores de los distintos productos que se elaboran en su planta. Adquieren también importancia por las funciones que cumplen en las zonas donde están localizados y por ser reconocidos por los visitantes como ciudades preparadas para sus prácticas de ocio como tiempo libre, mientras dure su estadía.

A la importancia que tienen los centros turísticos descripta precedentemente,

es oportuno agregar que los municipios son ámbitos acotados que, a pesar de la permanente lucha de intereses que caracteriza los sistemas sociales, permiten imaginar un diálogo entre las autoridades y los diferentes actores sociales (comunidad local), con la finalidad de consensuar intereses relacionados con el desarrollo del lugar. Son ámbitos donde es posible llevar adelante el largo proceso que implica adoptar criterios de desarrollo local, incorporando funciones específicas al municipio tradicional para que pueda transformarse o cumplir funciones de municipio turístico.

Este artículo pretende valorar las localidades destino del turismo como ámbito del desarrollo local aplicado a la actividad, en función del rol que cumplen y características que poseen. Además tiene como finalidad definir las funciones esenciales de los municipios turísticos como organizaciones política-administrativas, cuya principal responsabilidad es promover el desarrollo de la comunidad

Consideraciones teóricas

El abordaje de lo local como escala de desarrollo en el actual contexto globalizado requiere ciertas consideraciones conceptuales que expliquen la raíz epistemológica que lo definen, tanto desde el punto de vista de espacio de anclaje para un verdadero desarrollo de su población, como en su relación con lo global.

En función de esto, la reinención de lo local¹ se presenta como un nuevo territorio de la interacción social, de factores de desarrollo endógeno y de responsabilidades político-administrativas, como consecuencia de las transformaciones provocadas por el denominado proceso de globalización. En términos conceptuales, a este último es necesario comprenderlo como un complejo y contradictorio proceso político-económico de escala mundial que profundiza las relaciones de explotación y dominación, el cual se insertó en la historia como un proyecto capitalista en la lucha de clases Hirsch (1997), y que se consolidó en Latinoamérica en las décadas del '80 y '90.

Es decir, no es más que una avanzada capitalista (estrategia política) sobre nuevos mercados a explotar, solo que a escala mundial, y que fue posible gracias a los avances tecnológicos en distintas esferas, principalmente en la informática y telecomunicaciones. Por sus características, el proceso de globalización interviene en todos los aspectos relacionados con la actividad humana, influyendo en aspectos ideológicos, económicos, sociales, políticos, culturales y, principalmente, tecnológicos y de información. Su sutil coerción basada en estrategias y tácticas económicas de corte neoliberal Hirsch (1997), como actual etapa de acumulación capitalista, se basa en que el mercado conforma el instrumento más eficaz para la asignación de recursos y la satisfacción de necesidades, propiciando un auge del capital financiero que logra construir un mis-

mo lenguaje y normas en los mercados de todos los continentes. Portelli (1973) cita a Gramsci (1950) sobre la noción del Estado en una época liberal, el cual “refiere a un Estado que no ejerce ninguna función económica ni ideológica directa, limitándose a la tutela del orden público y el respeto de las leyes”, es decir, se arremete contra el Estado reduciéndolo a mínimas funciones y manipulándolo como garante de las transacciones y explotaciones del mercado de trabajo y de los recursos (Simonelli, 2001).

En términos generales, las consecuencias que provocó el esquema económico neoliberal en la vida cotidiana de la población de Latinoamérica, y particularmente en la Argentina, se centran en las altas tasas de desempleo, la pobreza y exclusión social generalizada, la inestabilidad y precarización laboral y el retroceso de las conquistas laborales y del nivel de vida (Margulis, 1997). En este sentido este autor sostiene que “el impacto de la tecnología, que acarrea un enorme aumento en la productividad del trabajo y, por lo tanto, abre la posibilidad de producir más y mejores bienes al alcance de un mayor número de personas, no concuerda con la evolución de los mecanismos de distribución social del producto”. En términos generales es pertinente sostener que este proceso acentúa las desigualdades y la concentración de riqueza y poder a distintas escalas, tanto entre países centrales y periféricos, como dentro del propio Estado-Nación, provincias y municipios, determinando la relación centro-periferia, lo cual caracteriza en parte la actual relación local/global.

Los conceptos anteriormente comentados dan cuenta de la estrecha relación de la política con la economía, aunque debe considerarse a la política como autónoma, libre de determinismos que se eleva al nivel de acto humano libre y consciente (Gramsci en Portelli, 1973). A esto se sostiene que “la dirección política organizadora de la sociedad, sin su sustrato económico, es ilusoria e ineficaz; pero la hegemonía económica por sí sola, sin la hegemonía política, está ciega, no organiza la vida, no hace historia” (Gramsci en Portelli, 1973).

Conceptualmente, la política puede definirse como el reflejo de las tendencias de desarrollo de la estructura², tendencias de las que no se puede decir que necesariamente hayan de conformarse (Gramsci en Portelli, 1973), las cuales a su vez responden a la ideología de la clase dominante, es decir, a su concepción del mundo. Gramsci (1950), citado por Portelli (1973), sostiene que ésta debe difundirse en toda la sociedad, en los distintos grados cualitativos correspondientes a las capas sociales (filosofía, religión, sentido común y folklore) cumpliendo su rol como piedra angular de la hegemonía. La conexión entre éstas es la política, a la cual define como contingente, como un hecho histórico susceptible de verificación en cualquier momento y para cualquier sociedad y, por lo tanto, terreno de lucha para los cambios. En este punto es necesario considerar que en un sistema social el consenso es utopía pura, por estar basado en el

presupuesto de que todos los hombres son realmente iguales y, por consiguiente, igualmente razonables y morales, es decir, en palabras de Gramsci (1962) “posibles de aceptar la ley espontáneamente, libremente y no por coerción, como impuesta por otra clase, como algo externo a la conciencia”, citado por Portelli (1973).

Entender un sistema social desde el punto de vista del conflicto permite interpretar plenamente la sociedad en el marco de procesos de intereses contrapuestos, de luchas por el poder, de desorden, desacuerdos y de hostilidad entre los diversos grupos sociales. Por eso, se debe examinar las fuentes de tensión entre los sujetos y grupos, las técnicas utilizadas para el control del conflicto y las maneras por medio de las cuales las personas con poder político, económico y social mantienen o aumentan su influencia sobre los sectores subordinados. En el análisis del todo social toman en cuenta la jerarquía que guardan las partes resaltando la importancia e influencia del factor económico y el político. En otras palabras, el orden social es mantenido no por el consenso general sino por la fuerza, la amenaza de la fuerza u otras formas sutiles de dominación. Los grupos que detentan el poder político, social y económico se esfuerzan por mantener el llamado orden social, ante lo cual, para lograr el cambio social los grupos subordinados desafían la legitimidad de la autoridad.

En el marco del conflicto y la globalización, el antropólogo mexicano García Canclini (1998) citado por Madoery (2000), sugiere que “la globalización emerge una nueva cartografía de espacio único y múltiples territorios, que reintroduce lo local como factor de identidad socio-cultural, escenario de compromisos y escala de desarrollo, dando lugar a la posibilidad de dotar de diversos sentidos a los procesos de interrelación local/global evitando pregonar el predominio de lo global y reproducir acríticamente en el ámbito local los principios dominantes de la globalización, y con ellos su ideología que contempla un único modo de desarrollo posible”.

Madoery (2000) sugiere que “el desarrollo local es también una clara oportunidad para la innovación política ya que permite una relación más directa con la población, donde pueden experimentarse nuevas formas de participación y nuevas relaciones entre administración y ciudadanos”. A su vez, plantea que también es una oportunidad para fortalecer la vida asociativa local que, a menudo, es la forma que adopta la comunidad para acceder a servicios o a la solución de necesidades. Asimismo, es una oportunidad para la creación espontánea y original de nuevos instrumentos de desarrollo, a través de la concertación público/privada, la planificación estratégica y la generación de redes de confianza alternativas a los mercados aleatorios y a las jerarquías e integraciones verticales (Madoery, 2000).

Confrontando tanto al enfoque de la planificación centralizada como respon-

sabilidad exclusiva del Estado-Nación que caracterizó las concepciones de desarrollo en las últimas décadas en la Argentina, como al enfoque mercantilista del neoliberalismo dominante, la concepción de desarrollo a escala local sugiere básicamente la construcción de un poder local, que se sustente sobre la base participativa de la capacidad decisional, la capacidad organizativa y la capacidad creativa de los agentes territoriales. Por la proximidad de los decisores y actores, y la inevitabilidad de la participación, “el desarrollo local es el tipo más político y societal de desarrollo socioeconómico” (Ahumada, 1993).

Como síntesis de la noción de desarrollo local, Madoery (2000) sugiere que “el territorio es un sujeto y el desarrollo un proceso de construcción político. Lo local representa su punto de encuentro, el ámbito donde los agentes territoriales adquieren capacidad de fijar el rumbo, de “construir” desarrollo. El desarrollo local es, por tanto, un proceso territorializado de maduración social (aprendizaje colectivo para el cambio cultural) y construcción política que se despliega en múltiples dimensiones”.

La relación de esta concepción de desarrollo con el turismo permite pensar un proyecto local en torno a la actividad turística, entendiéndola como una actividad socioeconómica capaz de aliviar la crítica situación en la que están inmersas varias regiones de la Argentina, como consecuencia de la aplicación de un modelo económico neoliberal. Esto no significa el traspaso masivo de los medios y fuerza de trabajo al turismo, sino, abordar a la actividad turística como complementaria de las actividades productivamente económicas que tradicionalmente se desarrollan en un ámbito local y regional. Tal proyecto requiere la apropiación por parte de la comunidad local de esta concepción de desarrollo mediante la participación y debate político que tiendan a construir los lineamientos estratégicos acorde a su historia y realidad social y cultural. Es central reconocer la importancia que deben adquirir los municipios para promover este cambio cultural de construcción política. Asimismo, es indispensable asumir el debate sobre el rol de los centros turísticos en el desarrollo de la actividad. En particular, éstos son conglomerados urbanos donde se elabora la oferta turística y se diseñan los distintos productos, en virtud de la mejor interrelación de los elementos que integran la estructura de producción del destino y de estos con los atractivos que posee. El objetivo fundamental es satisfacer al turista, de acuerdo a sus motivaciones y expectativas que generó su visita al lugar.

Esta conceptualización permite pensar que los centros turísticos son más que un conglomerado urbano que concentra instalaciones, infraestructuras y equipamientos destinados a articular las expectativas de los turistas y de la comunidad local con los distintos atractivos y actividades del lugar. Para Bosch (2001) son unidades urbanas receptoras, destinadas a facilitar las prácticas del ocio creativo de los turistas, motivo

por el cual se debe diseñar un sistema con un adecuado equilibrio interno de todos sus elementos, sin olvidar el marco legal regulatorio, la formación de los recursos humanos; componente fundamental de las prestaciones del destino, el ordenamiento urbano, en fin, la aplicación de criterios de sustentabilidad del desarrollo en su concepción, considerando el rol que deben cumplir.

Son entonces ciudades concebidas para el ocio del hombre, de acuerdo a Munné (1980), un ocio que “se basa en la imaginación, es decir, en la fuerza de la libertad”. Deben estar concebidas para las prácticas personales y sociales de los visitantes, las que se manifiestan en numerosas actividades como resultado de conductas autocondicionadas, que permiten el ejercicio pleno de la libertad.

Es dable destacar, de acuerdo a lo expuesto precedentemente, que estas ciudades destinos del turismo, son percibidas por los turistas que las visitan, como el producto mismo, o como macro productos, y resulta oportuno recordar a Güidi (1999) quien afirma que “la calidad ambiental de la ciudad en su conjunto y de sus espacios urbanos en particular, actúan de modo que la ciudad toda se convierte en un atractivo, en un factor preponderante del desarrollo de las actividades turísticas”.

Lo dicho anteriormente, nos permite afirmar “que los centros turísticos se posicionan como verdaderas marcas en las mentes de los consumidores o sujetos de la actividad turística” (Bosch, 2001). Para Valls (1992), la marca representa una fuente de información que simplifica el proceso de elección de los consumidores, en virtud de que tiende a promover confianza en lo que representa.

La importancia que tienen los centros turísticos de acuerdo a las funciones que cumplen en la zona donde están localizados y la representación que tienen en la mente de sus visitantes, nos permite pensar en organizaciones político-administrativas que denominaremos municipios turísticos, como los responsables principales de encauzar su desarrollo integral.

En nuestro país, es oportuno recordar que los municipios en general y en particular aquellos que debían promover el desarrollo de la actividad turística generada en su ámbito de jurisdicción, tuvieron un rol acotado de brindar algunos servicios de infraestructura urbana y de limpieza de la ciudad, promoviendo también en ocasiones la obra pública básica municipal. Estaban acostumbrados a que las cuestiones relacionadas con el desarrollo del lugar, venían impuestas por el gobierno nacional y muchas veces por los gobiernos provinciales. La globalización trajo como consecuencia la descentralización hacia los municipios de funciones esenciales, que hacen al desarrollo de una comunidad, sin transferencia de recursos y capacitación, sumado a la dependencia

político-económica que aun tienen de los gobiernos nacional y provinciales, lo que limita de manera considerable la autonomía de los mismos.

Madoery (2000) cita a Arroyo (1997), quien manifiesta que “las transferencias de competencias y funciones desde el gobierno nacional a los gobiernos regionales y locales adquirió características de municipalización de la crisis”.

Hoy los municipios tienen el desafío de resolver los problemas de desarrollo de su comunidad, promoviendo condiciones para la inversión privada, proyectando el futuro de la ciudad con políticas que tengan fines claros y alcanzables, no solo a corto plazo sino también a mediano y largo plazo, y con programas y proyectos que le den contenido a estas. Deben resolver los problemas sociales, mejorando el nivel de vida de la población local, encontrando las mejores soluciones a problemas como el desempleo y la precarización del empleo. Además, los municipios turísticos deben comprender la necesidad de transformarse en organizaciones político-administrativas, adecuadas a la naturaleza y características de la actividad y al rol que tienen las ciudades como macroproductos, especialmente en aquellas donde el turismo es la principal y/o única actividad económica de la ciudad.

Estas organizaciones político-administrativas a la que hacíamos referencia, deben contar con recursos institucionales-administrativos, técnicos, presupuestarios y humanos, que permitan conformar una verdadera unidad de gestión del desarrollo local. Es importante el poder político que tenga el organismo oficial de turismo en el ámbito municipal, ya que es el encargado de promover, encauzar, coordinar y consensuar políticas, programas y proyectos tendientes a llevar adelante el proceso del desarrollo de la actividad a escala local. Esta función la debe cumplir hacia el interior de la propia organización municipal, con aquellos sectores cuyas decisiones afectan al turismo; también hacia el exterior con organizaciones públicas y privadas locales, provinciales y nacionales, cuyo accionar estén relacionados en forma directa e indirecta con el centro turístico.

Se pretende demostrar la función nada sencilla de los organismos municipales de turismo, que deben consensuar las políticas estableciendo los fines de esta, lo que implica desnudar claramente la intención de la misma, además de compatibilizar los intereses del conjunto de la comunidad; empresarios, organizaciones intermedias y otros actores sociales involucrados.

Merece una reflexión, la necesidad de que los organismos de turismo estén integrados en sus niveles técnico-profesionales con recursos humanos especializados en turismo, en virtud de que son estos los encargados de llevar adelante en función de las políticas establecidas, el intrincado proceso de la gestión del desarrollo.

Ahora bien, la escala local para el desarrollo del turismo, definida en el ámbito de los centros turísticos, más allá de las características y funciones que estos tienen, se fundamenta en algunas ideas centrales que implican una mirada particular y superadora de lo que se ha venido haciendo en la actividad.

Es dable reflexionar sobre los siguientes puntos:

- * los municipios son las organizaciones político-administrativas que más conocen de los problemas ambientales de la ciudad; sociales, culturales, físicos y económicos y son estos lo que deben asumir el liderazgo del proceso de desarrollo turístico.
- * los centros turísticos son ámbitos territoriales acotados, donde es posible discutir con el conjunto de la comunidad el presente y futuro de la misma y encauzar por ende un proceso posible de desarrollo del turismo desde un enfoque sistémico.
- * en estas ciudades destino del turismo, por lo dicho precedentemente, en tanto ámbitos acotados, se facilita la participación de los vecinos y es posible el consenso de las políticas fundamentales y la concreción de los proyectos estratégicos.
- * también estos ámbitos acotados que son los centros turísticos, tienen características particulares y deben diferenciarse de otros centros, inclusive con aquellos que comparten la misma zona turística, ya que si bien se complementan también compiten.
- * es posible en la escala local, llevar adelante un modelo turístico propio de desarrollo, que no repita procesos sociales y económicos de otros destinos e imite el tamaño de estos, sus productos y características principales, incorporando en ocasiones sus mismas problemáticas y recibiendo los numerosos efectos negativos de un crecimiento descontrolado.
- * el modelo de desarrollo propio debe estar basado en principios irrenunciables como el respeto de “la identidad colectiva, las relaciones sociales, los valores y creencias, la estructura económica y productiva tradicional, son elementos que han de ser aprovechados como sólidos basamentos sobre los que se han de asentar los procesos de desarrollo turístico” (OMT, 1999). Además la búsqueda de la equidad social debe ser el gran objetivo a alcanzar, ya que si aumentan las diferencias de calidad de vida entre los integrantes de la sociedad o la concentración de los ingresos en determinados sectores de la misma y no se logra un equilibrio interno, surgirán serios problemas que afectarán al sistema local y al adecuado funcionamiento del mismo.